

A Normatividade Metodológica

*José Norberto Muniz**

*Vera Lúcia Travençolo Muniz***

*Sociólogo, PhD., Post-Doctor, Professor do Depto de Economia Rural da Universidade Federal de Viçosa-MG.

**Socióloga, MS, Professora do Depto de Economia da Universidade Federal de Viçosa-MG.

Resumo

Há um pressuposto geral de que a legitimidade científica é decorrente dos resultados da pesquisa. Com isso, o método na pesquisa social passa a ser uma norma inquestionável no processo de conhecer, propiciando a formação dos hábitos de pesquisa. O presente artigo demonstra as implicações dessa normatividade, concluindo sobre a necessidade da reconstrução metodológica nas ciências sociais.

Abstract

There is a general assumption that scientific legitimacy derives from research results. With this assumption, method in social research becomes an unquestionable norm for knowledge accumulation. This article examines some of the implications of this normativity, and argues that we need to reconstruct our methodology in the social sciences.

Palavras-chaves: metodologia, reconstrução metodológica, empirismo, obstáculo metodológico.

Keywords: methodology, methodological rebuilding, empiricism, methodological obstacle.

Introdução

A crítica aos métodos de pesquisa tem-se concentrado na identificação de procedimentos alternativos para o processo de conhecer. É a crítica do método pelo método, o que restringe o exercício da própria crítica. Ou seja, a crítica assume a indispensabilidade do método, o qual é definido, principalmente, através dos caracteres objetivos da realidade e dos princípios utilizados para a sua apreensão. Por isso, esse artigo propõe que a crítica ao método deve ser direcionada sobre o seu princípio normativo e não através da apresentação de alternativas absolutas.

Do Método ao Objeto

O termo metodologia tem-se restringido a um conteúdo extremamente limitado, qual seja, aos procedimentos e aos princípios aplicados em um processo de conhecer. Com isso, dois aspectos podem ser isolados nessa definição, ou seja, o objeto apreendido pelo método e a transformação desse objeto em novos resultados (Kopnin, 1978). Se não se isolam o objeto e os procedimentos e princípios, o método passa a refletir as leis do mundo objetivo. Caso contrário, de acordo com Kopnin, absolutiza-se o lado subjetivo do método, onde os procedimentos e os princípios passam a ser desvinculados do mundo objetivo.

Uma expressão dessa tendência à absolutização do método decorre dos próprios livros-textos de metodologia de pesquisa. Com raras exceções, como é o caso de Vieira Pinto (1985) e de

Kopnin (1978) que abordam os aspectos metodológicos sob a perspectiva da teoria do conhecimento, os livros-textos tendem a se fundamentar em princípios epistemológicos derivados da teoria da ciência clássica e contemporânea. Como exemplo, chega-se até a proposição de Kaplan (1969) para a reelaboração da lógica em uso, através da lógica reconstruída, voltada exclusivamente para o ato de conhecer e obter fundamentos explicativos sobre os objetos observados (Shroyer, 1976).

É decorrente dessa tendência em reelaborar procedimentos para a pesquisa que é possível identificar a existência de um hiato entre esses procedimentos metodológicos reelaborados, os quais se derivam da teoria da ciência, e os procedimentos empíricos usualmente empregados na condução das pesquisas. Se por um lado, identifica-se a ocorrência do avanço das metodologias, por outro, não se identifica a incorporação desses avanços nas pesquisas sociais. Parece, a princípio, que o conhecimento científico derivado da pesquisa social ocorre de forma alheia às questões metodológicas clássicas e contemporâneas.

Para ilustrar esse aspecto, podemos nos utilizar de um quadro elaborado por Galtung (1966), que explicita a noção de predicabilidade em relação à elaboração de hipótese. Para esse autor, a predicabilidade é uma das dez dimensões que o pesquisador deve observar para a elaboração de uma hipótese. Entretanto, essa dimensão não é uma característica formal da hipótese. Pelo contrário, a predicabilidade expressa o momento de elaborar a hipótese tendo-se como referência o conhecimento dos dados. Dessa relação, o autor identifica a possibilidade de desenvolver três tipos de estudos. Mais especificamente, Galtung (1966:390) apresenta o seguinte quadro:

Previsão	Formação de dos hipóteses	Estados relevantes do mundo	Conhecimento dados
Predição	Estados relevantes do mundo	Formação das hipóteses	Conhecimento dos dados
Descrição Explicação	Estados relevantes do mundo	Conhecimento dos dados	Formação das hipóteses

De acordo com esse quadro, a previsão é um tipo de pesquisa teórica que se inicia com as leis gerais. A partir dessas leis, formulam-se hipóteses que serão posteriormente testadas. Por sua vez, a predição é uma pesquisa que tem início nas informações geradas empiricamente, são os estados relevantes em que se manifestam os fenômenos, a partir dos quais elaboram-se hipóteses a serem testadas. Apenas para exemplificar, as ciências naturais se enquadram nessas duas categorias de estudo: tanto na previsão, através de categorias teóricas abstratas, como na predição, a partir de fatos ou acontecimentos observados. Por sua vez, em relação às ciências sociais, somente através das “great minds” é possível obter-se as predições concretas. Na sua grande maioria, a pesquisa social, acadêmica e burocrática, enfatiza a procura por descrição e explicação, mas com uma agravante: não há formulações de hipóteses, nem de trabalho e nem para testar, conforme a terminologia de Kaplan (1969).

Esse fato pode expressar, em termos popperiano, que não se exercitam as elaborações de conjecturas nas pesquisas sociais. Não há ousadia teórica, mas um retorno ao empirismo, sobrepondo o conjunto de dados ao rigor do teste dos enunciados. Nesse sentido, o empirismo é expresso através das enumerações de acontecimentos ou fatos, os quais se apresentam desvinculados das proposições teóricas que delimitam os objetos de estudo.

Em termos da teoria da ciência, isso pode representar a revalorização da indução como procedimento de pesquisa e a consolidação dos enunciados teóricos respaldados pelas observações ou dados empíricos imediatos, propiciada pelo desenvolvimento das regras de correspondência. A despeito dessa extensão metodológica, continua, ainda, o hiato entre a linguagem teórica e observacional, privilegiando o empírico na fundamentação dos enunciados. De acordo com Galtung (1969), esses enunciados são identificados como as proposições teóricas de baixo nível, tornando a atividade científica consistente com o conhecimento empírico. Entretanto, ao considerar-se a natureza dos resultados empíricos das atividades de pesquisa em ciências

sociais, identifica-se uma limitação decorrente da noção de predicabilidade apresentada por Galtung. Ou seja, as pesquisas se fundamentam no empírico como fonte de conhecimento imediato e não como fonte para elaboração de enunciados ou afirmativas proposicionais ou hipotéticas. Não há a alusão baconiana de indução para as generalizações, mas a restrição à indução por enumeração, processo que o próprio Bacon negligenciava. O que se quer explicitar é que a simples referência ao empírico não revaloriza a indução e nem desvaloriza qualquer procedimento de pesquisa. Muito pelo contrário, é preciso ter consciência de que o empírico pode ter diferentes conotações no processo de conhecer, não se restringindo à tradicional proposição de fonte de conhecimento apenas.

Deve-se ressaltar que a demarcação do conhecimento científico pela sua fonte tem as suas implicações. Entre elas está a admissibilidade da externalidade do empírico em relação ao conhecimento. Não é a mera distinção entre a linguagem observacional e a linguagem teórica, mas que a apreensão empírica somente pode ocorrer através do conteúdo observável delimitado pelo método de apreensão científica. Mais especificamente, é com Galileu que o empírico passa a ser definido em termos do que poderia ser expresso através de leis. Somente existiria uma realidade empírica se essa realidade pudesse ser expressa através de leis.

Enquanto, atualmente, não se procura por regularidades na ocorrência dos fenômenos, o empirismo se caracteriza pelo inventário de dados objetivos e informações associadas ao pragmatismo imediato. Nota-se que não é uma crítica ao empirismo, mas como as investigações socioeconômicas o internalizam e utilizam a referência empírica em suas investigações. O empírico, o real, ou o essencial, não decorre da definição da realidade objetiva, mas do que é susceptível de apropriação pelo método. Nesse sentido, a epistemologia perde a função crítica de orientadora científica geral para se concentrar na formulação de estratégias objetivas para a condução das pesquisas, as quais passam a se transformar em hábitos de investigação.

Entretanto, a preocupação metodológica não é apenas sobre a assimilação e prática rotineira da pesquisa, mas sobre a implicação da consolidação dessa tradição, ou seja, os obstáculos epistemológicos passam a ser restritos à forma de delimitação e à objetividade dos dados, conforme destacam Castells e Ipola (1982). Mais especificamente, o obstáculo decorre da intervenção do pesquisador no processo de produção do conhecimento. É nesse sentido que o empirismo enumerativo converte a investigação social em uma sistematização de dados, sem interpretação e compreensão. Inicia-se a pesquisa, de acordo com Goltung, com dados e a sua conclusão permanece restrita a essa demonstração. Até a extensão positivista da pesquisa evidenciada através de conjecturas, na proposição de Halfpenny (1982), é negligenciada.

Deve-se destacar que não é o mero predomínio da linguagem observacional sobre a teórica. Mas da dificuldade inerente em estabelecer regras de correspondência, metodologicamente convincentes, devido à concepção da realidade em termos do método. Por conseguinte, sempre haverá o obstáculo à compreensão adequada do empírico, pois não é a teoria que o delimita e o interpreta, mas o método.

É nesse sentido que ocorre a absolutização do método, onde há uma tendência das ciências sociais se fecharem contra um tratamento adequado em relação a essa absolutização. Ou melhor, há alguma discussão, mas essa discussão é restrita apenas a uma crítica efêmera da epistemologia positivista. Condena-se o positivismo pela sua versão formalista, axiomática e quantitativa. Critica-se o absoluto sem fundamentar o qualitativo. Exalta-se a fecundidade imanente da ciência, tornando trivial o método e o seu conteúdo, mas esquece-se de identificar as limitações que sofre a ciência, negando o próprio pensamento crítico (Horkheimer, 1990).

Essa tendência deriva-se da filosofia positiva de Comte, a qual tem como objetivo a neutralização das tendências negativas do racionalismo francês e alemão, através da conexão entre

princípios sociais e metodológicos. Assim, “As leis que a ciência positiva descobrira, e que a distinguiam do empirismo, eram positivas também no sentido de afirmarem a ordem estabelecida como base para a negação da necessidade de construção de uma nova ordem (Marcuse, 1978:315). Os princípios do desenvolvimento, as leis da mudança social e do progresso não possuem fundamentos epistemológicos. Por outro lado, é o método científico, fundamentado pelos princípios epistemológicos, que determina a natureza do desenvolvimento, da mudança e do progresso social. Como resultado da filosofia positiva, a fonte de evidência deixa de ser o sujeito pensante, passando para o sujeito como percepção cientificamente elaborada. É a observação científica que acaba produzindo a evidência (Marcuse, 1978).

Ao produzir as evidências cientificamente, a filosofia positiva, na concepção de Marcuse, neutraliza o processo crítico de negação dos dados que expressa a realidade objetiva. Os fatos da experiência são apresentados de forma descritiva, classificatória e explicativa, não se exercitando a crítica na ciência, mas apenas a crítica imanente da investigação para a descrição, classificação e explicação. É a crítica do método em relação aos processos de conhecer que permitem identificar uma atitude positiva em relação à situação empírica.

Uma vez que o empírico é sempre o elemento constante no processo de conhecer, o mesmo não acontece com a indução e, muito menos, com a crítica. Se o empírico é fonte da ordem para a filosofia positivista, onde o racional é o real; o empírico passa a ser fonte de negação para a filosofia negativa, onde o real possui um conteúdo objetivo à medida que pode transformar-se no seu oposto, qualitativamente diferente (Kosik, 1969). Por sua vez, a indução através da enumeração não implica em criticismo. A crítica advém da identificação de aspectos negativos que podem levar a uma sociedade alternativa (Marcuse, 1981). A sua enumeração, simplesmente, é uma abstração, não expressando a realidade objetiva, isto porque a identificação da negatividade não ocorre em função de suas determinações. Não é o aspecto negativo isolado que expressa a realidade. A realidade

é construída através de suas determinações e, através dessas determinações, é que sobressaem os aspectos negativos. Caso contrário, a pesquisa social empírica confunde o epifenômeno com o objeto de investigação (Adorno, 1976).

Conclusão

O método em pesquisa social deve ser rediscutido. É a identificação de uma necessidade e a dos elementos que a condiciona, destacando-se que a obstacularização à discussão do método advém da própria institucionalização do cientificismo na sociedade brasileira. Os dados representam unidades empíricas fragmentadas e a discussão epistemológica restringe-se às alternativas de obter dados válidos através de procedimentos. Com isso, o método tem-se transformado em instrumento e, como tal, não se exercita a consciência crítica em relação a esse instrumento.

Há a sugestão de que o exercício crítico da consciência do pesquisador deve ser estimulado, não para questionar os resultados das pesquisas ou para avaliar o suporte que a sociedade atribui a essa atividade de uma forma geral, mas para a compreensão do método como condicionante do conhecimento no mundo social. A metodologia científica nas ciências sociais precisa ser reconstruída, não através da absolutização do método, mas em decorrência da reconstrução racional e da auto-reflexão crítica sobre a natureza do objeto investigado.

Referências Bibliográficas

- ADORNO, W.T. *Sociology and Empirical Research*. In: Paul Connerton (ed.) *Critical Sociology*. New York. 1976. 520 p.
- CASTELLS, M. e IPOLA, E. *Prática Epistemológica e Ciências Sociais*. Apartado. Edições Afrontamento. 1982. 71 p.
- GALTUNG, J. *Teoría y métodos e la investigación social*. Buenos Aires : Editorial Universitaria. 1969. Tomo II. 603 p.

- HALFPENNY, P. *Positivism and Sociology: Explaining Social Life*. Boston : George Allen & Unwin. 1982. 213 p.
- HORKHEIMER, M. *Teoria Crítica I*. São Paulo : EDUSP. 1990. 236 p.
- KAPLAN, A. *A Conduta na Pesquisa*. São Paulo : EDUSP. 1969. 440 p.
- KOPNIN, P.V. *A Dialética como Lógica e como Teoria do Conhecimento*. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira. 1978. 354 p.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1969. 230 p.
- MARCUSE, H. *Razão e Revolução*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1978. 413 p.
- MARCUSE, H. *A Ideologia da Sociedade Industrial O Homem Unidimensional*. Rio de Janeiro : Zahar Editores. 1982. 238 p.
- SHROYER, T. *Toward a Critical Theory for Advanced Industrial Society*. *Recent Sociology*, n. 2: 210-234. 1976.
- VIEIRA PINTO, A. *Ciência e Existência*. Rio de Janeiro : Paz e Terra. 1985. 537 p.